

AS COMPLEXAS RELAÇÕES DE TRABALHO, ALIENAÇÃO E SOFRIMENTO SEGUNDO KARL MARX

CARME BERTOSSO DE CAMARGO

Mestranda do programa de Pós-Graduação em educação – na Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE, carnebertosso@gmail.com.

MATEUS MARTINS MOREIRA

Mestrando do programa de Pós-Graduação em educação - na Universidade Estadual do Oeste do Paraná - UNIOESTE, mateuzmm26@hotmail.com.br.

SALIMI DA SILVA MEHANNA

Mestranda do programa de Pós-Graduação em educação – na Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE, salimi.mehanna@hotmail.com.

RESUMO

O presente texto busca compreender os desafios e possibilidades da formação humana em vista do mundo do trabalho a partir de uma perspectiva marxista. Assim, este estudo se pauta nas referenciais da Filosofia de Karl Marx dialogando com a pedagogia histórico crítica de Dermeval Saviani e a Filosofia marxista de Antônio Gramsci, para a partir dos fundamentos do materialismo fazer uma leitura crítica, histórica e dialética buscando identificar soluções e caminhos possíveis para as relações de trabalho. Nesse sentido nos perguntamos, como essas referências podem possibilitar uma discussão dialética mais abrangente e profunda sobre suas reais condições históricas e a realidade dos trabalhadores? A metodologia usada para este texto tem como base o método do materialismo histórico-dialético, tendo como técnica de pesquisa a abordagem bibliográfica. A problematização está situada dentro do mundo do trabalho, apresentando possibilidades e caminhos para uma verdadeira superação da alienação. A filosofia para Marx não só pode interpretar o mundo como deve proporcionar perspectivas para transformá-lo, ela terá o serviço de emancipar as pessoas visando a superação da alienação causada pela exploração do trabalho e pelo domínio das ideologias da classe dominante.

Palavras-chave: Alienação. Trabalho. Educação. Sofrimento. Trabalhadores.

INTRODUÇÃO

Neste capítulo construído a partir do pensamento de Karl Marx em diálogo com Dermeval Saviani enfatizamos a importância de fazermos em nossas escolas e no mundo do trabalho uma caminhada emancipadora, desenvolvida criativamente e criticamente com vista na superação da alienação. Apresentamos o potencial da filosofia e da pedagogia marxiana, como possibilidade de caminho para concretamente superarmos as desigualdades sociais, que são o doloroso resultado da alienação que se propaga cada vez mais no ambiente escolar e no mundo do trabalho.

Neste sentido discutiremos a relação entre educação e trabalho, baseando-se nos seguintes autores: a partir de Saviani (1991; 2008), buscando entender a localização atual da escola recuperando sucintamente a sua origem e desenvolvimento histórico, articulada na sua relação com o trabalho e os trabalhadores, ao longo do tempo. Com Marx (1996ab) buscamos contextualizar filosoficamente o processo e os reflexos da exploração no trabalho e a negação do trabalhador, a partir da manifestação dos seus sofrimentos. Buscamos compreender o conceito de alienação e visualizar saídas para a superação de modelos educacionais que se pautam em uma educação alienante.

Aliada ao quadro apresentado, buscamos analisar os objetivos propostos, tendo como pano de fundo o trabalho e as relações que envolvem o sujeito, nos levando a pensar em alguns desdobramentos que relacionam o homem-trabalho e o homem-mundo e os desafios enfrentados pelos trabalhadores nas diversas dimensões que envolvem o trabalho e a superação das contradições que abarcam ao mesmo tempo as relações e condições que inferem na concepção trabalho a partir da teoria marxista.

A FORMAÇÃO PROFISSIONAL E O TRABALHO NAS EMPRESAS

Neste texto nos propomos a analisar a alienação do ser humano presente no mundo do trabalho numa ótica concreta e materialista a partir dos escritos de Karl Marx. Diante do cenário atual, discutir as mudanças que envolvem a sociedade e a escola, torna-se imprescindível, uma vez que a estrutura da sociedade está em constante transição e afeta as relações sociais. Assim percebemos e destacamos que a educação pode ser

mobilizadora de transformações, pois ela é fruto do contexto político e econômico, todavia, na maioria das vezes a educação escolar é funcional ao sistema capitalista.

Nesse sentido, queremos refletir a subordinação da educação ao capital que acaba imprimindo nos estudantes, nos trabalhadores e até mesmo nos professores um pesado processo de alienação, que segundo Japiassú e Marcondes se caracteriza como um, “estado do indivíduo que não mais se pertence, que não detém o controle de si mesmo ou que se vê privado de seus direitos fundamentais, passando a ser considerado uma coisa.” (JAPIASSÚ; MARCONDES, 2001, p. 6).

Ao pensar em mão de obra qualificada para o mercado de trabalho, os cursos técnicos são as saídas mais imediatas à formação de jovens para o setor industrial. Assim com o intuito de discutir o papel da educação na formação dos jovens trabalhadores, entende-se que é necessário recorrer a autores da Educação, História da Educação, entre outros para conseguirmos nos contextualizar concretamente. Este processo caracteriza-se como trabalho alienado, pôr a grosso modo empregar rapidamente os jovens, mas que em contra partida não oportuniza condições para que o indivíduo possa formar-se integralmente e sair da situação alienante imposta pelas relações capitalistas de produção.

Para Saviani (2003) a concepção de profissionalização burguesa tem como pressuposto a fragmentação do trabalho em especialidades autônomas. Pois, formam-se trabalhadores para executar com eficiência determinadas tarefas requisitadas pelo mercado de trabalho. Por outro lado, se cria um círculo vicioso em que os jovens não veem muitas perspectivas futuras a não ser trabalhar no chão da fábrica, ou seja, ser operário. Isto tudo porque o capitalismo tem suas políticas de mercado, orientadas para o lucro imediato, e assim segundo Freitas, a educação pela lógica capitalista passa a ser vista como mais uma mercadoria, da qual pode se obter lucro financeiro (FREITAS, 2012). E essa realidade precisa ser sempre debatida e contextualizada com os trabalhadores, para que saibam como a educação foi, e é pensada para eles, pelas classes dominantes. Segundo Saviani:

Teóricos como Adam Smith, afirmavam que a instrução para os trabalhadores era importante; à medida que os trabalhadores dispusessem de educação básica, se tornavam mais aptos para viver na sociedade, e se inserir no processo produtivo, se tornavam mais flexíveis, com pensamento mais ágil e mais adequado à necessidade da vida moderna [...] Daí a famosa frase a ele atribuída ‘Instrução para os trabalhadores,

porém em doses homeopáticas. Quer dizer, é preciso um mínimo de instrução para os trabalhadores e este mínimo é positivo para a ordem capitalista, mas ultrapassando esse mínimo, entra-se em contradição com essa ordem social” (SAVIANI, 1996, p. 160).

Com o advento do neoliberalismo e a globalização da economia, a escola foi atacada “a partir de uma série de estratégias privatizantes [...] mediante uma política de reforma que pretende apagar [...] de nossas sociedades a possibilidade [...] de uma educação democrática, pública e de qualidade para as maiorias” (GENTILI, 1995, p. 244). Esse mecanismo é o que dificulta a superação das desigualdades e a transformação social, por isso é preciso agir “em defesa da escola das maiorias, das periferias, aquela que oferece possibilidades concretas de libertação para todos” (JINKINGS, 2008, p. 11), porque que historicamente o povo trabalhador foi vítima de sistemas que se fundamentaram na lógica da opressão, dominação e exploração, que usaram da educação ou da falta dela para adaptá-los à exploração pelo trabalho.

O CAPITALISMO E O MERCADO DE TRABALHO

A partir desta compreensão é preciso criar o caminho da criticidade para que o trabalhador em geral possa perceber que “o processo de exclusão educacional não se dá mais principalmente na questão do acesso à escola, mas sim dentro dela, por meio das instituições da educação formal” (JINKINGS, 2008, p. 11), e buscar mudar essa determinação. Sabemos que por conta da necessidade de sobressair-se no mercado de trabalho, muitos jovens buscam novas habilidades em termos de formação. Isto porque,

[...] a necessidade de formar seres humanos disciplinados e produtivos, mesmo em prejuízo do necessário olhar crítico que a educação deve desenvolver sobre o trabalho nas sociedades capitalistas - o que se mantém até hoje no trabalho precoce das crianças e adolescentes de baixa renda. Há um *substractum* ideológico na sociedade, de que o trabalho “dignifica o homem”, “previne o vício”, produz a riqueza nacional e, nas famílias de baixa renda, há a necessidade do “ganho pão” para sobrevivência diária. (CIAVATTA, 2005, p. 137).

De acordo com Saviani (2008) por meio da lei nº 5.692 de 1971 buscou-se transferir para as escolas os mecanismos de objetivação do trabalho nas fabricas. Nos fins 1980 entram em cena as reformas educativas neoliberais,

que segundo o autor, em ambos os períodos prevaleceu à busca pela produtividade, ou seja, atingir o máximo de resultados com mínimo de despesas. No contexto da relação do trabalho produtivo associado com a realidade dos meios de produção capitalista, há uma distorção na compreensão que se tem dos conceitos de explorado (empregado) e de explorador (patrão). Como lembra-nos Marx:

[...] no sistema capitalista todos os métodos para incrementar a força produtiva social do trabalho são aplicados às expensas do operário individual; todos os métodos para desenvolver a produção são transformados em meios de dominação e exploração do produtor, mutilam o trabalhador convertendo-o em um homem fracionado, degradam-no a condição de apêndice da máquina, através da tortura do trabalho aniquilam o conteúdo deste, alienam-no. (MARX, 1996b, p. 274).

Diante disso, concorda-se com Thompson (1988) quando afirma que é na relação entre trabalho e educação que deve ser estabelecido a compreensão do trabalho como princípio educativo. Ressalta-se que esse processo não se dá apenas na escola, e sim nas relações entre o trabalho produtivo e as relações mediatizadas pela política que ocorre os embates entre capital e trabalho, e o fazer-se trabalhador.

Entendemos que a formação do trabalhador só será completa numa sociedade em que for cessada a divisão social hierarquizada do trabalho. O ensino técnico de certo modo vem preencher uma lacuna, mas não modifica a estrutura, mantendo a relação de dependência do trabalhador em relação ao trabalho. Para Marx, o trabalho faz parte da vida humana, pois

o trabalho, como criador de valores de uso, como trabalho útil é indispensável a existência do homem – quaisquer que seja a forma de sociedade – é necessidade natural e terna de efetivar o intercâmbio natural entre o homem e a natureza, e portanto, de manter a vida humana (MARX, 1982, p. 50).

Assim, sabe-se da importância do trabalho para a vida, contudo esse não pode ser destituído de sentido, desse modo, a educação como potencializadora das ações humanas, pode possibilitar os sujeitos conscientizar-se das imbricações entre educação, trabalho e sociedade, não se tornando apenas mais uma engrenagem do sistema capitalista. É preciso desenvolver a consciência dos processos capitalistas que ocorrem no mundo do trabalho

para não se tornar refém das mazelas impostas pela face mais perversa do capital, isto é, a exploração do trabalhador, transformando-o, por vez, em mercadoria.

[...] tudo o que diz respeito a educação passa a ser considerada uma esfera altamente lucrativa de aplicação do capital o que passa a influenciar decisivamente os fins e os meios envolvidos; de tal modo que a instituição de ensino não só a privada como também pública, passa a ser organizada e administrada segundo a lógica da empresa, corporação ou conglomerado. (IANNI, 2005, p.33).

Ferretti (2005) defende que o Capital tem interesse em estimular o mérito individual, a mudança, a busca pela satisfação, pelo novo e a competição. Isso favorece o aumento da produtividade da empresa e a intensificação do trabalho e, também, sua exploração. Tais elementos aparecem como conquistas individuais, especialmente dos alunos que acreditam que tais atributos lhes assegurarão a empregabilidade. “O enfoque tende a valorizar a importância da definição precisa dos saberes a serem ensinados tendo em vista sua aplicabilidade e sua aferição por meio de práticas a serem demonstradas” (FERRETTI, 2005, p. 113).

Dessa forma acredita-se que desenvolver um estudo sobre a formação dos jovens que se preparam para a entrada no mundo do trabalho permitirá uma reflexão a luz do materialismo histórico dialético e, também, de autores supracitados no texto. Assim pretendemos desilustrar uma situação que afeta direta e indiretamente boa parte das populações de jovens, quer seja, educação, trabalho e sobrevivência, consciência de classe, a alienação.

Ao mesmo tempo que é feito este desvelamento é preciso incentivar e dar suporte para que os jovens possam fazerem um caminho onde venha a surgir novas ideias que possam se concretizar em “práticas educacionais que permitam as mudanças necessárias para a construção de uma sociedade na qual o capital não explore mais [...], pois as classes dominantes impõem uma educação para o trabalho alienante, com o objetivo de manter o homem dominado” (MÉSZAROS, 2008, p. 12).

O TRABALHO DOCENTE E AS IMPLICAÇÕES DE GÊNERO NAS RELAÇÕES SOCIAIS

Falar do trabalho do professor é uma tarefa complexa, pois envolve aspectos de múltiplas naturezas que abarcam uma categoria de sujeitos

sociais e históricos, que atuam nos espaços escolares públicos, e a práxis docente pode ser descrita como um ato educativo e transformador. O intuito deste texto é analisar e debater com os autores que são nossa base argumentativa, assuntos plurais que envolvem o trabalho docente e suas analogias, que implicam a questão de gênero e as relações sociais dentro do contexto da sociedade e escolar. Inserimo-nos no bojo das discussões sobre o trabalho docente, é oportuno e necessário fazê-lo sobre uma matriz paradigmática dialética, que possibilite examinar os elementos e suas múltiplas dimensões, com suas condições subjetivas e objetivas.

Para Gramsci (1999) existe uma premissa teórica implícita que produz as atividades práticas das diversas organizações, e suas relações estão condicionadas as mais variadas formas de organização e representação social que são produtos e conceitos construídos a partir da realidade vinculada ao meio circundante dos sujeitos.

Enquanto organização, sofremos influências e comportamentos implícitos advindos de uma ordem social que separa os indivíduos e designa os modos de produção e vida. Nesse contexto, parafraseamos Marx (1989), que vê na mediação do trabalho e do processo de produção, as múltiplas relações que implicam na constituição dos seres humanos e a sua estreita relação com a produção de capital, onde o trabalho docente não segue o fundamento mercadológico de atribuição de valor ao produto em si, mas sim determina um fim contraditório que valoriza o saber e a produção de conhecimento, neste caso o trabalho docente.

Para Saviani (1991) a produção e apropriação e o conhecimento possuem características que envolvem uma tríade que sustenta a prática docente, indo para além das questões de gênero ou disputas sociais, gerando dicotomia dentro dos espaços escolares minimizando o acesso ao saber elaborado. Neste sentido, compreendemos que assuntos plurais envolvem a sociedade e o trabalho, neste caso, especificamente o trabalho docente, recorrendo a Gramsci (1982) que ressalta que o homem é uma síntese de relações sociais, apropriando-se do tempo e dos espaços para a produção da sua existência.

Frente ao exposto cabe analisar as especificidades que envolvem a práxis as questões relacionais sociais e de gênero discutindo primeiramente sobre o trabalho docente e analisando as condições de trabalho em especial dos professores que atuam nas séries iniciais da educação básica, buscando relacionar as implicações na práxis docente em relação ao gênero.

A partir da análise teórica e científica sobre o trabalho docente podemos constatar segundo Hypolito (2020) que o trabalho docente está intimamente

ligado a organização escolar e que estas estão atreladas ao desenvolvimento sociocultural e econômico e refletem na práxis e na construção da identidade docente. Na visão de Oliveira (2019, p. 177) “é necessário que o professor seja capaz de refletir sobre sua prática e direcioná-la segundo a realidade em que atua, voltada aos interesses e às necessidades.

No que se refere à realidade e a construção de identidade Ataíde (2013) ressalta que as vivências de mundo de homens e mulheres estão presentes nos mais variados contextos socioculturais, e influenciam a construção de identidade docente. Quanto à formação de identidade Silva destaca que:

Em uma primeira aproximação, parece ser fácil definir “identidade”. A identidade é simplesmente aquilo que se é: “sou brasileiro”, “sou negro”, “sou heterossexual”, “sou jovem”, “sou homem”. A identidade assim concebida parece ser uma positividade (“aquilo que sou”), uma característica independente, um “fato” autônomo. Nessa perspectiva, a identidade só tem como referência a si própria: ela é autocontida e autosuficiente (SILVA, 2000, p. 74).

Podemos observar diante do excerto, que a definição de identidade não é algo fácil, pois está relacionada a aquilo que se é e a relação com a afirmação de identidade, o que reflete na prática social e com as relações que envolvem o poder, fazendo uma classificação de gênero, reflexo da disputa de classes ou grupos sociais.

Dentro deste contexto cabe retomar Silva (2000 p. 81), que analisa os dilemas da identidade e a diferença envolvendo questões simbólicas e materiais “indo além da disputa entre grupos sociais”. A partir da análise apresentada fica claro que a questão de identidade e gênero normatizam as disputas entre categorias, que podem ser definidas neste momento por homens e mulheres, por fazer parte de um estudo sobre a questão de gênero e a docência.

Caetano e Neves (2009 p. 252), “destacam que a formação da identidade do trabalhador docente foi influenciada por diversos aspectos” que caracterizam a divisão do trabalho a hierarquização e a polarização sendo que:

Ao homem estava destinada a esfera produtiva e à mulher a reprodutiva; O trabalho masculino valia mais que o feminino, que era considerado improdutivo e não-material; as mulheres de camadas privilegiadas, que tinham a oportunidade de exercer uma atividade remunerada, tinham perspectiva de salários melhores que as da classe baixa (CAETANO; NEVES, 2009 p. 252).

Diante do antagonismo apresentado, fica evidente a divisão do trabalho e dos sexos. Esta divisão é compreendida segundo Kergoat (2009) por quatro dimensões:

A relação entre grupos definidos; as diferenças contatadas entre as atividades dos homens e das mulheres são construções sociais; Essa construção social tem uma base material, e não é unicamente ideológica, em outros termos, a mudança de mentalidades, jamais acontecerá de forma espontânea, se estiver desconectada da divisão de trabalho concreta; Essas relações sociais se baseiam antes de tudo numa relação hierárquica entre os sexos; trata-se de uma relação de poder (KERGOAT, 2009, p. 71).

As relações apresentadas entre os autores supracitados nos remetem a categorias sociais distintas: homens e mulheres, dominados e dominantes, produtivo e improdutivo, saberes e não-saberes e as diferentes visões sociais dos papéis desempenhados. Outros aspectos incidiam na divisão do trabalho por gênero, uma vez que:

os homens separavam a vida privada da pública, sendo, por isso, considerados modelo de profissional e de proletário (objetivos, têm autoridade, produtivos, competitivos, racionais, possuem saberes técnicos). Já as mulheres, [...] são consideradas desqualificadas, incompetentes e não profissionais porque alegam que essas qualidades são inatas e deixam de ser reconhecidas por essa qualificação informal que também é adquirida na socialização (CAETANO; NEVES 2009, p. 25).

Mediante a situação descrita, Cunha (2012 p. 9) considera que é “importante continuar a refletir sobre a construção cultural que impõe a homens e mulheres assumirem atitudes e comportamentos que se inserem numa complexa rede de poder” que está empregando na sociedade e gera estranhamento quando ocorre a inversão dos papéis sociais.

Dada a relevância da divisão/dicotomia na sociedade sobre os papéis e a incorporação cultural separatista esta reflete nos espaços escolares por apresentar um número superior de professoras. Sobre o aumento considerável de professoras Castanha (2015) relata que este fator de deu pela iniciativa de criar as escolas normais e a inserção das mulheres no magistério que se mostraram eficientes no processo de feminização do magistério e consequentemente no ingresso do mundo do trabalho.

A ALIENAÇÃO COMO CAUSA DO SOFRIMENTO NO MUNDO DO TRABALHO

Diante destas duas perspectivas que abordamos nas páginas anteriores, a formação para o trabalho oferecida aos jovens e a questão degenero que-remos integrar na reflexão a realidade do trabalho alienado que segundo Serra (2008), se configura como sendo é tudo aquilo que esconde do ser humano a sua essência humana, o que pode acontecer em distintos lugares e se manifestar de modos diferentes, por vezes mais agressiva, por vezes quase imperceptível, escondida por traz de uma ideologia, mas o que é não obvio mas certo é que no fim de toda alienação está presente a busca pelo acumulo de capital (JAPIASSÚ; MARCONDES, 2001).

A realidade de sofrimento e miséria causada pela alienação do trabalhador se apresenta segundo Marx quando os burgueses “usurpam e monopolizam todas as vantagens desse processo de transformação, aumentando a extensão da miséria, da opressão, da servidão, da degeneração, da exploração” (MARX, 1996b, p. 381). É deste modo que a alienação se manifesta e no desenrolar da vivencia diária do trabalhador que; “nega-se a si mesmo, não se sente bem, infeliz, não desenvolve livremente as energias físicas e mentais, esgota-se fisicamente e arruína o espírito” (MARX, 2006, p. 114).

A alienação afeta essência humana, impedindo o trabalhador de se reconhecer no mundo como ser humano, pois não vive mais para si, mas para a produção de riquezas do capital, a qual nunca participará dos lucros (MARX, 1996b). As causas da alienação humana são externas ao homem e fazem com que ele fique externo a si próprio (VIANA, 2008).

Segundo as definições de Marx a alienação é produzida pela; “A acumulação da riqueza num polo é, portanto, ao mesmo tempo, a acumulação de miséria, tormento de trabalho, escravidão, ignorância, brutalização e degradação moral no polo oposto, isto é, do lado da classe que produz” (MARX, 1996b, p. 275).

No viés marxista de compreensão “o sofrimento do trabalhador nasce das elaborações edificadas nas relações de trabalho, a partir da (organização) da cultura e de seus próprios colegas trabalhadores (relações)” (MARTINS; PINHEIRO, 2006, p. 81). Os sofrimentos causados como consequência da alienação se prendem ao ser humano e se manifestam em todos os momentos de sua existência e até mesmo “o artesanato e o trabalho domiciliar tornam-se, em tempo relativo espantosamente curto, antros de

miséria, onde campeiam livremente as mais fantásticas monstruosidades da exploração capitalista” (MARX, 1996, p. 118). Segundo Silva “o fenômeno da alienação pode ocorrer nas mais diferentes esferas da vida, mas na cotidianidade tem maior possibilidade de se desenvolver” (SILVA, 2012. p. 53).

O SOFRIMENTO COMO RESULTADO DO TRABALHO ALIENADO

Na linha de compreensão marxista podemos entender que o sofrimento é o resultado da alienação e da exploração social, a qual é produzida e reproduzida por uma elite financeira apoiada pelo Estado sobre as classes trabalhadoras e pobres. Para Norberto Bobbio o Estado é visto por Marx como um aparelho que se serve a classe dominante para manter seu domínio, sobre a classe trabalhadora e pobre, por esse motivo é que Marx defende que o fim do Estado capitalista burguês, pois não existe para um fim nobre (BOBBIO, 1980). O que Marx destaca e denuncia é que “a alienação política é exercida pelo Estado, instrumento da classe dominante que submete os trabalhadores a seus interesses” (JAPIASSÚ; MARCONDES, 2001, p. 10). Marx percebendo esta realidade de manipulação que existe no trabalho descreve que já historicamente:

Massas de operários, aglomerados nas fábricas, são organizados como soldados. Como membros do exército industrial estão subordinados à perfeita hierarquia de oficiais e suboficiais. Não são escravos exclusivos da classe e do Estado burgueses, mas diariamente e a cada hora são escravos da máquina, do contramestre e, sobretudo, do próprio dono da fábrica. (MARX; ENGELS, 1997, p. 32).

Para Marx, o ambiente do trabalho é o principal momento da vida do ser humano onde acontece a alienação, é lá onde está a origem do sofrimento, pois para o trabalhador se; “o seu trabalho não é voluntário, mais imposto, é trabalho forçado. Não constitui a satisfação de uma necessidade”. (MARX, 1964, p. 162). Marx vê o sofrimento como resultado de uma realidade concreta e alienante, geradora de misérias que culminam na opressão, na desigualdade, nas doenças e na negação da natureza humana (VIANA, 2012). Marx apresenta a complexidade desta realidade de exploração destacando que já historicamente muitos trabalhadores suportam os piores tipos de sofrimentos no trabalho.

Esses infelizes (nas minas de ouro entre o Egito, Etiópia e Arábia) que nem podem manter limpos os próprios corpos nem cobrir sua nudez sem lamentar seu miserável destino. Pois lá não se encontra remissão nem indulgência para os doentes, os débeis, os velhos, nem para a fragilidade feminina. Todos têm de continuar trabalhando, forçados por pancadas, até que a morte ponha fim a seus sofrimentos e à sua desgraça. (DIOD, p. 260 apud MARX, 1996a, p. 350).

A alienação que ocorre através do trabalho se caracteriza como sofrimento na medida em que faz o ser humano ter uma falsa esperança de que as coisas vão melhorar. “Para os trabalhadores pauperizados, deve ser grande consolo acreditar, por um lado, que seu sofrimento seja apenas ‘temporário’” (MARX, 1996b, p. 62).

A verdadeira realidade do ambiente de trabalho só é sentida por aqueles que a vivem. Em muitos casos o sistema capitalista não deixa a sociedade em geral ficar sabendo da realidade de muitos seres humanos que trabalham sem o mínimo de condições, sofrendo as piores mutilações que o ser humano pode suporta e também as que acaba não suportando.

Na população urbana que vivia da fabricação de rendas reinava um grau de sofrimento e miséria desconhecido no resto do mundo civilizado. (...) Às 2, 3, 4 horas da manhã, crianças de 9 a 10 anos são arrancadas de suas camas imundas e obrigadas, para ganhar sua mera subsistência, a trabalhar até as 10, 11 ou 12 horas da noite, enquanto seus membros definham, sua estatura se atrofia, suas linhas faciais se embotam e sua essência se imobiliza num torpor pétreo, cuja aparência é horripilante [...] O sistema, [...] é um sistema de ilimitada escravidão, escravidão no sentido social, físico, moral e intelectual. (MARX, 1996b, p. 358).

À medida que os trabalhadores se alienam dentro dos ambientes de trabalho, mais seu sofrimento se manifesta fora deste, na sua vida de miséria. Segundo Silva, “a compreensão do processo de alienação se dá a partir do cotidiano da vida, pois é ali que se manifesta o processo de sofrimento” (SILVA, 2012, p. 52).

Marx sabendo da complexa realidade da vida humana que é o mundo do trabalho usa o termo “alienação” para expressar o sofrimento de homens, mulheres, jovens e crianças, que iludidamente passam pelas piores humilhações dentro de seus ambientes de trabalho sendo tratados como coisas. “Operários, que têm de se vender à peça, são uma mercadoria como qualquer outro artigo de comércio, e estão, por isso, igualmente expostos a todas

as vicitudes da concorrência, a todas as oscilações do mercado [...] eles tornam-se um mero acessório da máquina” (MARX; ENGELS, 1997, p. 36-37).

Segundo Martins e Pinheiro, “Marx afirma que o capital não tem menor consideração pela duração da vida do trabalhador, a não ser quando é coagido pela sociedade a fazê-lo” (MARTINS; PINHEIRO, 2006, p. 80). O ser humano que produz a riqueza do capitalismo é visto meramente como uma peça sem vida, seu sofrimento e sua miséria não são considerados pelos donos das fabricas, e ao paço que já não tem mais utilidade é eliminado (MARX; ENGELS, 1997).

No ambiente de trabalho onde o homem não é livre para escolher e arbitrar sobre sua ação sofre de modo ofensivo a sua condição de ser humano (LÖVY, 2002). Para Marx “o grande sucesso é acompanhado pela degenerescência física, pelos sofrimentos corporais generalizados e pela morte prematura da população trabalhadora por meio de cujo trabalho e habilidade foram atingidos tão grandes resultados” (MARX, 1996a, p. 360).

A teoria de Marx descreve que é na busca desenfreada pelo acúmulo de capital que se desencadeia todo o processo de sofrimento e desvalorização do ser humano. “A vida de miríades de trabalhadores e trabalhadoras é, agora, inutilmente torturada e encurtada pelo sofrimento físico sem fim, causado por sua ocupação” (MARX, 1996b, p. 95).

Marx afirma que o trabalho alienado afeta de modo negativo a condição humana na sua essência causando-lhe os piores sofrimentos (LÖVY, 2002). Segundo Marx o sofrimento causado pela alienação “afetou a força do povo em sua raiz vital” (MARX, 1996a, p. 386), pois a alienação não só marca o corpo do homem, mas também destrói a sua realidade psicológica (MARX, 2006).

O SOFRIMENTO PROVOCADO PELA ALIENAÇÃO RELIGIOSA

Diante do contexto de exploração, alienação e miséria produzido pelas relações capitalistas, muitos trabalhadores em suas horas de dores e sofrimento recorrem angustiadamente a religião pedindo um auxílio do céu para pôr fim ao seu sofrimento. Diante disso Marx afirma que a religião em nada ajuda o ser humano que sofre. Ela torna-se simplesmente um conforto para ele, mantendo-o na mesma condição de miséria e sofrimentos em que já está. A religião aliada aos que dominam o Estado torna-se alienante, pois não deixa o homem lutar contra a sua própria realidade, mas conforta o

homem em seu sofrimento na sua miséria. Por isso Marx não concebe o sofrimento como algo bom. “Este é o fundamento da crítica irreligiosa: o homem *faz a religião*, a religião não faz o homem. E a religião é de fato a autoconsciência e o autossentimento do homem, que ou ainda não conquistou a si mesmo ou já se perdeu novamente.” (MARX, 2010, p. 145).

Para Marx, a religião se transforma em instrumento de manobra e alienação quando acomoda o homem em seus sofrimento e misérias usando o nome de Deus. Diante desta situação o único modo do ser humano se libertar do sofrimento provocado pela alienação também religiosa é agir por meio da razão sem se iludir com falsas promessas, desenvolvendo modo racionalmente uma crítica da religião a qual;

Desengana o homem a fim de que ele pense, aja, configure a sua realidade como um homem desenganado, que chegou à razão, a fim de que ele gire em torno de si mesmo, em torno de seu verdadeiro sol. A religião é apenas o sol ilusório que gira em volta do homem enquanto ele não gira em torno de si mesmo. (MARX, 2010, p. 146).

A crítica de Marx está no fato de que nem a religião e nem o Estado estão cumprindo com a finalidade que foram instituídos. Não estão sendo justos com todos os homens, há distinção, uns estão sendo privilegiados e outros condenados a uma vida de sofrimento e miséria iludidos em uma falsa esperança de que Deus vai os ajudar.

A miséria *religiosa* constitui ao mesmo tempo a *expressão* da miséria real e o *protesto* contra a miséria real. A religião é o suspiro da criatura oprimida, o ânimo de um mundo sem coração, assim como o espírito de estados de coisas embrutecidos. Ela é o *ópio* do povo. (MARX, 2010, p. 145).

Na compreensão de Marx o sofrimento humano é produzido pelo Estado capitalista que permite a exploração do trabalhador em seus locais de trabalho e justificado pela religião que acomoda o ser humano aos seus sofrimentos. Tanto o Estado capitalista como a religião alienam o ser humano, pois justificam e o mantém nesta condição de sofrimento exercendo sobre ele um domínio, impedindo que ele próprio aja em seu favor que mude sua condição sofredora. Para Marx a religião acomoda e familiariza o homem ao sofrimento fazendo-o aceitar o condicionamento que está vivendo, por tanto a religião faz com que o homem tire a esperança de si e entregue a outrem

que passa a dominar ele a seu bel prazer, prolongando seu sofrimento, e sua alienação (MARX, 2010).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Portanto nesse trabalho percebemos que a classe dominante busca sempre deter o controle tanto o campo educacional quanto os meios de produção, pois o sistema capitalista se fortalece na medida em que detém os meios de produção e mantém boa parte da população alienada. A classe dominante não tem interesse em um conhecimento geral e humanístico para as classes trabalhadoras, uma vez que o interesse do capital é o lucro.

Como reflexo desta lógica, as empresas capitalistas reproduzem a lógica da formação para a manutenção do sistema, isto é, a preparação de jovens para atender necessidades da empresa, com a finalidade de serem contratados para trabalhar, porém, não deixando de ser massa de manobra do próprio sistema. Apesar de haver muito a ser questionado e debatido sobre a educação e trabalho em nossa sociedade, muitos intelectuais, a exemplo dos que abordamos brevemente nesse texto, vem ao longo do tempo propondo soluções e caminhos para termos uma sociedade igualitária, e consequentemente, uma educação justa e emancipatória.

Neste texto também procuramos descrever a partir do pensamento de Karl Marx, a relação entre alienação e sofrimento que se manifesta na exploração do trabalho, no controle do Estado e nas justificativas da moral religiosa. Num primeiro momento a partir do pensamento de Marx desenvolvemos a relação entre alienação, exploração e sofrimento, e como ela transparece, nos vários momentos da vida diária dos que são oprimidos.

Marx também destaca que é preciso superar os mecanismos de controle moral exercidos pela religião, o que não implica somente na atividade da consciência, mas na superação da própria sociedade que a produz, pois o homem precisa libertar-se teórica e praticamente de suas alienações. Afirma que a crítica da religião possibilita ao ser humano que pense, aja e organize sua realidade como um homem desenganado que recobrou a razão a fim de possa agir por si mesmo sendo ele mesmo sua referência. Para Marx, a religião não oferece uma resposta concreta ao homem, abandona-o alienado na realidade em que vive.

Ao finalizar este texto sobre o trabalho, a alienação e o sofrimento, destacamos que para Marx, a alienação sendo um processo que vai além da consciência, assumindo uma condição objetiva manifesta-se e relação

com o sofrimento que é causado pela desigualdade social que é resultado da exploração da classe dominante sobre as classes trabalhadoras. O sofrimento produzido pela exploração no trabalho é consequência de uma sociedade de classes, e só terá o seu fim, ou redução, quando não houver mais uma sociedade desigual. Para Marx o sofrimento e a alienação devem ser evitados, porque são a manifestação da opressão dos que detém o poder econômico-social sobre outra classe que é oprimida. De modo que o sofrimento e a alienação são consequência da desigualdade social e só terão o seu fim ou redução, quando não houver mais uma sociedade desigual.

REFERÊNCIAS

ATAÍDE, Patrícia Costa. **Identidade e feminização docente: o olhar das mulheres professoras da rede pública municipal de São Luiz/MA**. São Luiz 2013.

BOBBIO, N. **A teoria das formas de governo na história do pensamento político**. Tradução de: Sérgio Bath. 10 ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1980.

CAETANO, Edson. NEVES, Camila Emanuella Pereira. **Relações de gênero e precarização do trabalho docente**. Revista HISTEDBR On-line, Campinas, n. Especial, p 251-263, mai.2009 - ISSN: 1676-2584 25. Disponível em <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8639539>. Acesso em: 15/08.

CASTANHA, André Paulo. **O processo de feminização do magistério no brasil do século coeducação ou escolas mistas** Revista História da Educação, vol. 19, núm. 47, 197-212 Associação Sul-Rio-Grandense de Pesquisadores em História da Educação Rio Grande do Sul, Brasil. 2015

ClAVATTA, M. Mediações do Mundo do Trabalho: a fotografia como fonte histórica. In: LOMBARDI, J. C; SAVIANI, D; SANFELICE, J. L. (orgs.). **Capitalismo Trabalho e Educação**. 3. ed. Campinas, SP: Autores Associados, HISTEDBR, 2005. (Coleção educação contemporânea).

CUNHA, Amélia T. B. da **Sobre A Carreira Docente, A Feminização Do Magistério E A Docência Masculina Na Construção Do Gênero E Da Sexualidade Infantil**. Disponível em: <http://www.ucs.br/etc/conferencias/index.php/anped-sul/9anpedsul/paper/viewFile/2974/824>. Acesso em 03/01/2021

DIOD. Historische Bibliothek. p. 260 apud MARX, Karl. **O capital** (Tomo 1). [Tradução:] Regis Barbosa e Flávio R. Kothe. São Paulo: Nova Cultural, 1996. p. 350.

FERRETTI, C. J. **Empresários, Trabalhadores e Educadores: diferentes olhares sobre as relações de trabalho e educação no Brasil nos anos recentes**. In: LOMBARDI, J. C.; SAVIANI, D.; 2005.

FREITAS, Luiz Carlos. Os reformadores empresariais magistério à destruição do sistema público de educação. abr. – jun. 2012. da educação: da desmoralização do **Educ. Soc.**, v. 33, n. 119, p. 379-404,

GENTILI, Pablo. Adeus à Escola Pública: A Desordem Neoliberal, a Violência do mercado e o Destino da Educação das Maiorias. In: GENTILI Pablo (Org.). **Pedagogia da exclusão: o neoliberalismo e a crise da escola pública**. Petrópolis: Vozes, 1995. p. 228-252.

JAPIASSÚ, Hilton; MARCONDES, Danilo. ALIENAÇÃO. In: **Dicionário básico de filosofia**. 4 ed. Rio de Janeiro: JZE, 2001. p. 6-7.

GRAMSCI, Antônio. **Cadernos do Cárcere: introdução ao estudo da filosofia: a filosofia de Benedetto Croce**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999. v. 1.

GRAMSCI, Antônio. **Os intelectuais e a organização da cultura**. 4ª Edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982.

HYPOLITO, Álvaro Moreira. **Trabalho docente, classe social e relação de gênero**. E-book 2ª Edição. São Leopoldo. RS. Editora OiKos, 2020. Disponível em: https://wp.ufpel.edu.br/cepe/files/2021/03/TrabDOCClasse_genALVARO_HYPOLITO_E-book.pdf. Acesso em: 10/08/2021.

IANNI, O. O Cidadão do Mundo. In: LOMBARDI, J. C.; SAVIANI, D.; SANFELICE, J. L. (orgs.). **Capitalismo Trabalho e Educação**. 3. ed. Campinas, SP: Autores Associados, HISTEDBR, 2005. (Coleção educação contemporânea).

JINKINGS, Ivana. Apresentação. In: MÉSZÁROS, István. **Educação para além do capital**. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2008. p. 9-14.

KERGOAT, Danièle, **Dicionário crítico do feminismo**. 1ª ed. São Paulo-SP. UNESP. 2009.

LÖWY, Michael. **A teoria do Jovem Marx**: o sofrimento dos pobres. Petrópolis: Vozes, 2002.

MARTINS, José Clerton de Oliveira; PINHEIRO, Adriana de Alencar Gomes. Sofrimento psíquico nas relações de trabalho. **Revista de Psicologia da Vector Editora**, Fortaleza, v. 7, n. 1, p. 79-85, jan.-jul. 2006.

MARX, Karl. **O Manifesto Comunista**. In: Laski, H. J. O manifesto comunista de Marx e Engels. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

MARX, Karl. **Crítica da filosofia do direito de Hegel**. [Tradução:] Rubens Enderle e Leonardo de Deus. 2 ed. São Paulo:Boitempo, 2010.

MARX, Karl. **Manuscritos econômicos–filosóficos**. Lisboa: Edições 70, 1964.

MARX, Karl. **O processo de trabalho e o processo de produção de valorização**. In: O Capital. Seção III. Capítulo V: Processo de trabalho e processo de produção de mais valia). Tradução de Reginaldo Sant'ana. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil. 12 ed. 1989. (p. 188-201).

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Manifesto do partido comunista**. Lisboa: Avante. 1997.

MARX, Karl. **O capital** (Tomo 1). [Tradução:] Regis Barbosa e Flávio R. Kothe. São Paulo: Nova Cultural, 1996.

MARX, Karl. **O capital** (Tomo 2). [Tradução:] Regis Barbosa e Flávio R. Kothe. São Paulo: Nova Cultural, 1996.

MÉSZÁROS, István. **Educação para além do capital**. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2008.

OLIVEIRA, Eloiza da Silva Gomes de. **A formação de educadores e o uso das tecnologias digitais: a voz dos Professores**. Ponta Grossa, PR: Atena Editora, 2019.

– (Formação de Professores e a Condição do Trabalho Docente; v. 1 cap. 18 p. 172-187).

SAVIANI, Dermeval. **Política e educação no Brasil**: o papel do Congresso Nacional na legislação do ensino. Campinas: Autores Associados, 2008.

SAVIANI, Dermeval. **O choque teórico da Politecnia**. *Trab. educ. saúde* [online]. 2003, vol.1, n.1, pp.131-152. ISSN 1981-7746. Disponível em: www.scielo.br/j/tes/a/zLgxprrzCX5GYtgFpr7VbhG/abstract/?lang=pt. Acesso em 05/08/2021.

SAVIANI, Dermeval. **Educação e questões da atualidade**. São Paulo: Livros do Tatu e Cortez, 1991.

SAVIANI, Dermeval. O trabalho como princípio educativo frente às novas tecnologias. In: FERRETTI, Also J. et al. (org.). **Novas tecnologias, trabalho e educação**: um debate multidisciplinar. Rio de Janeiro: Vozes, 1996.

SERRA, Joaquim Mateus Paulo. **Alienação**. Covilhã: LusoSofia, 2008. 18.

SILVA, Flavia Gonçalves da. Alienação e o processo de sofrimento e adoecimento do professor. **Revista Labor**, São Paulo, v. 1, n. 7, p. 49-64. 2012.

SILVA, Tomaz Tadeu da. **Identidade e diferença**: a perspectiva dos estudos culturais. Tomaz Thdeu da Silva (org.), Stuart Hall, Kathryn Woodward. - Petrópolis, RJ: Vozes, 2000 p. 73-102.

THOMPSON, E.P. **A formação da classe operária inglesa**. 3 vols. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

VIANA, Nildo. A alienação como relação social. **Revista Sapiência**, Iporá, v.1, n. 1, p. 23-42, jul.-dez. 2012.

VIANA, Nildo. Sartre e o marxismo. **Filosofia Unisinos**, São Leopoldo, v. 9, n. 2, p. 146-161, mai.-ago. 2008.